

## EDITORIAL

## A injustificável viagem de Bolsonaro

O Brasil, tem-se falado aqui constantemente, experimenta uma das fases de transição de poder mais críticas de sua história política recente. Desde 30 de outubro, data em que foi concluído o processo eleitoral e anunciada a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na disputa pela Presidência da República, uma sucessão de eventos preocupantes tem exposto uma resistência dos derrotados, a começar de quem tentava reeleição para o cargo, Jair Bolsonaro, em reconhecer o resultado como legítimo.

Nesse contexto é que vieram as manifestações de desgosto com a situação, até inicialmente legítimas na medida em que expressavam

uma decepção de parcela do eleitorado que preferia um outro desfecho para o processo e nisso nada há de reprovável. Era, no entanto, apenas o ponto de partida de uma mobilização que avançaria para o inaceitável, inclusive com o registro de ações de caráter criminoso, como em relação à pauta golpista do apelo por uma intervenção militar, a violência desmedida da noite do último dia 12 nas ruas de Brasília e, mais recentemente, a descoberta de um plano de fazer explodir uma bomba acoplada a um caminhão que transportava combustíveis no movimentado aeroporto da capital do País.

Um quadro geral muito determinado pelo comportamento de Bolsonaro, que se mantém calado diante

de todos esses fatos e segue até hoje sem reconhecer, de público e oficialmente, a derrota eleitoral. O último ato dele reforça o seu absoluto descompromisso com a democracia, ao decidir que estará fora do País no dia em que o seu sucessor assumir o cargo que hoje ocupa, ou seja, quebrará uma tradição de passagem de faixa que tem integrado o rito das posses presidenciais.

Uma atitude pequena, de quem, um episódio após o outro, demonstra despreparo para a alta função que as urnas o levaram a exercer nos últimos quatro anos como mandatário principal do País e que o faz, neste momento, um dos fiadores principais de sua fragilizada democracia. A viagem anunciada de Jair

Bolsonaro para o exterior consolidada a postura de ausência deliberada que adotou em relação ao debate que se seguiu à eleição, alimentando o quadro de insegurança política que há predominado, infelizmente, ao longo de todo o conturbado processo de transição.

É certo que a etapa difícil será vencida, mas o comportamento do presidente da República ao longo de todos esses dias, agora reforçada com a equivocada opção por não participar da solenidade de passagem de poder, certamente lhe será cobrado um dia pela história. É uma atitude que não respalda o discurso insistente que tenta sustentar como defensor de valores democráticos como um autêntico objetivo de vida. ■

## OPOVO

FUNDADO EM 7 DE JANEIRO DE 1928  
POR DEMÓCRITO ROCHA

PRESIDENTE INSTITUCIONAL & PUBLISHER  
Luciana Dummar

PRESIDENTE-EXECUTIVO  
João Dummar Neto

DIRETORES-EXECUTIVOS DE JORNALISMO  
Ana Naddaf  
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO DAS RÁDIOS  
Jocélio Leal

DIRETOR DE NEGÓCIOS E MARKETING  
Alexandre Medina Néri

DIRETORA DE GENTE E GESTÃO  
Cecília Eurides

DIRETOR CORPORATIVO  
Cliff Villar

DIRETOR DE OPINIÃO  
Guálter George

EDITORIALISTA-CHEFE E  
EDITOR DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
Plínio Bortolotti

## CONSELHO EDITORIAL

Adísia Sá; Diatathy Bezerra de Menezes;  
Fausto Nilo; Francisco José de Lima Matos;  
Lino Vilaventura; Manfredo Oliveira;  
Pedro Henrique Saraiva Leão;  
Plínio Bortolotti; Raimundo Padilha;  
Roberto Macedo; Valdemar Menezes;  
Wânia Cysne Dummar

## DIRETORIA DE JORNALISMO

DIRETORES-EXECUTIVOS  
Ana Naddaf  
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO DAS RÁDIOS  
Jocélio Leal

EDITORES-CHEFES  
André Bloc, Beatriz Cavalcante, Chico Marinho,  
Clóvis Holanda, Cristiane Frota,  
Érico Firmo, Fátima Sudário,  
Fernando Graziani, Renato Abê,  
Regina Ribeiro e Tânia Alves

EDITORES-ADJUNTOS  
Amanda Araújo, Amaurício Cortez,  
Irina Cavalcante, Ítalo Coriolano,  
João Marcelo Sena, Joema Leal, Júlio Caesar,  
Lucas Mota, Marcos Sampaio, Rubens Rodrigues,  
Sara Oliveira e Thadeu Braga

EDITORA DE MÍDIAS SOCIAIS  
Glenna Cherice

REDATORA DE CAPA E FAROL  
Domitilla Andrade

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO  
Daniela Nogueira

OMBUDSMAN  
Juliana Matos Brito

EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A.  
Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora  
CEP 60055-402 - Fortaleza - CE - PABX: 3254 1010  
CNPJ: 07.222.565/0001-62  
www.opovo.com.br

## GALERIA DE PRESIDENTES



Demócrito  
Rocha  
1928 - 1943



Paulo  
Sarasate  
1943 - 1968



Creuza  
Rocha  
1968 - 1974



Albanisa  
Sarasate  
1974 - 1985



Demócrito  
Dummar  
1985 - 2008

ATENDIMENTO  
AO LEITOR E ASSINANTE

3254 1010  
mercadoassinante@opovo.com.br

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS: Agência Estado e Agência France Press

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO EM BRASÍLIA:  
MÍDIA DISTRIBUIDORA DE JORNALIS LTDA - Aeroporto  
Internacional de Brasília Pres. Juscelino Kubitschek;  
Setor de Locadoras, lote nº 14, salas 03 e 04;  
CEP: 71608-900 - Brasília/DF;  
Telefone: (0XX61) 364 9900, Fax: (0XX61) 364 9901  
E-mail: idiadistribuidora@grupomidia.com.br

PREÇO DO EXEMPLAR NO CEARÁ:

segunda a sábado: R\$ 3,00; domingo: R\$ 4,00

OUTROS ESTADOS DO NORDESTE:

segunda a sábado: R\$ 4,50; domingo: R\$ 8,00

OUTROS ESTADOS:

segunda a sábado: R\$ 5,50; domingo: R\$ 10,00

ASSINATURA ANUAL: R\$ 1.132,00

## ARTIGOS

## Os rumos do STF na era pós-Bolsonaro



Plínio Bortolotti  
plinio.pab@gmail.com

Jornalista do O POVO

O Supremo Tribunal Federal (STF) e seus ministros, agindo na presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), especialmente Alexandre de Moraes, cumpriram um papel histórico — pode-se usar o termo sem medo de errar — na defesa da democracia brasileira. Contabilize-se os erros e acertos nesse processo e o resultado será que os acertos superaram em muito os possíveis equívocos.

Sem o muro que o STF e Moraes ergueram para proteger as instituições contra o desmanche que o presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus acólitos queriam promover, as eleições e a democracia teriam sucumbido. E o País estaria hoje nas mãos de bandidos terroristas, como

## O hidrogênio e o futuro



Henrique Soárez  
henrique@7setembro.com.br

Engenheiro elétricista,  
diretor do Colégio 7 de  
Setembro e Uni7

Está em curso uma batalha sobre o papel do hidrogênio no caminho até zerarmos a nossa pegada planetária de carbono. De um lado estão os que vêm a queima do hidrogênio produzir nada mais que energia e água. De outro lado, os que tomam notas sobre a quantidade e a origem da energia necessária para produzir o hidrogênio dito verde.

Uns creem que o hidrogênio será usado como combustível de navios, aviões e trens, para aquecimento residencial e até mesmo para a produção de cimento e aço sustentável. Outros alegam que a ineficiência energética da hidrólise e da posterior liquefação das pequenas moléculas de H<sub>2</sub> restringirá

suas aplicações finais a processos como a produção de fertilizantes. Entre os dois extremos encontraremos capitalistas apostando seus recursos em desfechos específicos. Governos e iniciativa privada precisam um do outro para chegarmos ao futuro sem CO<sub>2</sub>.

Empresários podem apostar (leia-se: multiplicar ou perder) seu capital. Andrew Forrest, por exemplo, fez fortuna minerando os desertos australianos e agora aposta que o hidrogênio possibilitará a produção de aço sem o uso do carvão. Forrest alega que a produção de aço pelos meios atuais utilizaria 100% do orçamento de carbono associado à meta de 1,50C de aquecimento global. Para ele, a Austrália será a “Arábia Saudita do Hidrogênio Verde.”

Governos, por sua vez, devem ser conservadores no uso dos recursos vindos do

Nacional. No entanto, esse debate não pode estar contaminado pelas acusações bolsonaristas contra o STF, pois não se caminharia para lugar algum.

Assim, são bem-vindas as recentes decisões do STF em estabelecer o prazo de 90 dias para pedido de vista, quando o processo retornará imediatamente à pauta (atualmente não há prazo para devolução) e a medida para restringir decisões individuais (monocráticas), que deverão ser imediatamente submetidas ao Colegiado ou a uma das turmas da Suprema Corte.

Aliás, a existência de duas turmas talvez fosse uma medida que pudesse ser revista, em nome da unidade das decisões, entre outros temas que precisam ser discutidos, de modo a que STF possa exercer sua tarefa essencial, de ser o guardião da Constituição. ■

## Sindojus Ceará: 30 anos de luta e história



Vagner Venâncio  
fvagnervenancio@gmail.com

Presidente do Sindicato dos  
Oficiais de Justiça do Ceará

São 30 anos de luta e história. Tudo começou com a criação da Associação Cearense dos Oficiais de Justiça, a Acojust, embrião do que viria a ser o Sindicato dos Oficiais de Justiça do Ceará, cuja fundação se deu no dia 28 de dezembro de 1992. Todos os que estiveram à frente da associação

e que juntamente com as suas diretorias presidiram a entidade estão de parabéns, pois à sua época e à sua maneira deram contribuições valiosas para sermos o que somos hoje: uma categoria forte e respeitada em nível nacional, com 97% da categoria filiada à entidade.

Ao longo dessas três décadas conquistas importantes foram alcançadas, entre as

quais destaco a do nível superior com exigência de bacharelado em Direito, trazendo maior qualificação e valorização ao cargo. A implantação do PCCR. A isonomia vencimental, corrigindo uma distinção histórica entre interior e capital. Já na atual gestão, que tem à frente a desembargadora Nailde Pinheiro, a atualização da Indenização de Transporte — que estava congelada desde que fora instituída, em dezembro de 2010; e a realização de concurso público para Oficial de Justiça, depois de oito anos de espera, o que dará maior equidade ao trabalho desses servidores.

Do ponto de vista do avanço tecnológico, houve uma inovação no desempenho da função, que é realizada de forma híbrida (presencial e remota). Em contrapartida, houve um aumento expressivo da demanda, dada

a rapidez na confecção dos expedientes. Se por um lado ocorreram mudanças na forma de trabalho, por outro gerou uma enorme quantidade de mandados judiciais para cumprimento, agravado pela diminuição do número de Oficiais de Justiça em atividade.

Somos aquele agente público que materializa as ordens judiciais, estando em contato com os mais diversos setores da sociedade, assegurando, na prática, a garantia de direitos, e exercendo, portanto, uma função social. Nesta data tão importante parabenizo especialmente todos os Oficiais de Justiça, essa categoria que historicamente mostrou a sua força e o seu potencial de luta, contribuindo para uma prestação jurisdicional célere e responsável.

Estamos de parabéns, afinal, todos nós fazemos parte dessa história. ■

## PARA FALAR COM A GENTE

OMBUDSMAN  
ombudsman@opovodigital.com

WHATSAPP  
(85) 98893 9807

E-MAIL  
opinioao@opovo.com.br

TELEFONES  
(85) 3255 6104 ou 3255 6129